

Editorial

LICENÇA
PARA MATAR

O jornal "The New York Times" escreveu, recentemente, que os brasileiros toleram a execução de cidadãos pelos órgãos policiais, especialmente as realizadas pelo policiamento ostensivo. Segundo o jornal, essas execuções constituem um padrão de policiamento.

O jornal se refere ao caso do menino de 10 anos que foi morto na frente da mãe com um tiro na cabeça dado por um policial militar, no Complexo do Alemão, no Rio, em abril último. Logo em seguida, houve protestos, mas hoje tudo foi praticamente esquecido.

Nada que se comparasse a episódios ocorridos há pouco nos Estados Unidos, onde cidades tiveram bairros inteiros incendiados, em protesto da população contra as arbitrariedades da polícia, cujos integrantes assassinaram adultos negros, não crianças.

O jornal compara as estatísticas do Brasil com as dos EUA. Com 100 milhões a mais de habitantes que o Brasil, os EUA registraram 461 mortes nessas condições em 2013, enquanto aqui elas chegaram a 2.212. Num e noutro caso, elas poderão ser muito maiores.

As estatísticas são falhas. No Brasil, há Estados que não registram esse tipo de crime. Só no Rio, em 2014, a polícia matou 563 pessoas, 35% a mais do que em 2013. Em 2012, segundo a ONU, registramos 50.108 homicídios, mais do que qualquer outro país.

O jornal diz que haveria uma revolta se as vítimas fossem brancas e louras, habitantes dos bairros ricos. As vítimas são, geralmente, pobres e negras, moradoras de favelas e aglomerados. Suas mortes são também um ato de discriminação racial e social.

Grande parte da sociedade desconfia por antecipação dos pobres e negros, concedendo às autoridades policiais licença para matar. No Congresso, parlamentares se encarregam de dar respaldo a essas ações, defendendo, por exemplo, a redução da maioria penal.

Na moral judaico-cristã que herdamos, a toda culpa corresponde um castigo.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Magazine: Silvana Mascagna
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

O surrealismo político de
extração macarthista no Brasil

Não se conformam que perderam as eleições presidenciais

Não tem sido fácil a vida sob o cerco exacerbado do fundamentalismo evangélico – do católico também, todavia menos afoito – e a direita tacanha, que odeiam o PT e, por tabela, a esquerda e não se conformam que perderam as eleições presidenciais de 2014!

Ensaíram uma tentativa de impeachment da presidente Dilma – ainda em tubo de ensaio, embora sem respaldo jurídico – e pegaram carona para “presidir” o Brasil no jaguncismo político, instalado na presidência da Câmara dos Deputados, esquecendo que o Brasil tem como regime de governo o presidencialismo.

Escrevi em “Uma República democrática e laica sob o ‘sistema jagunço’” que “Eduardo Cunha é fundamentalista roxo, orgânico e militante, o que faz toda a diferença, vide o sistema ‘jagunço’ de fazer política, um sistema de poder que ele implementa com ares e desenvoltura de presidente do Brasil!” (O TEMPO, 17.2.2015).

O sistema jagunço instaurou no Brasil o surrealismo político de extração macarthista, que se expressa no mais puro descontrolo da razão! E é o surrealismo em sua acepção original, como o entendia sua figura de proa, o francês André Breton (1896-1966): “Automatismo psíquico em estado puro, mediante o qual se propõe exprimir, verbalmente, por escrito, ou por qualquer outro meio, o funcionamento do pensamento. Ditado do pensamento, suspenso qualquer controle exercido pela razão, alheio a qualquer preocupação estética ou moral”.

Se no mundo das artes e da literatura o surrealismo tem um legado respei-

tável, o mesmo não se dá no mundo da política. Não incursionarei pelo surrealismo como movimento artístico e literário. Usarei o vocábulo com o significado com o qual se popularizou: “estranho, absurdo, que não corresponde à realidade, fora da realidade”.

Para Rainer Sousa, “nos dias de hoje, o macarthismo é utilizado para se definir qualquer tipo de perseguição sistemática aos comunistas”. É um vocábulo originado da crítica aos discursos e posturas de ódio ao comunismo e a lésbicas e gays do senador pelo Estado de Wisconsin, o re-

Felizmente, não é uma política de Estado, mas tenta por todos os meios se apoderar do Estado, para dar vazão ao ódio aos setores progressistas da política

publicano Joseph McCarthy (1908-1957). O macarthismo expressou um brutal desrespeito aos direitos civis nos Estados Unidos de meados da década de 40 à de 50, um período de caça às bruxas na administração pública, nos meios políticos, artísticos, literários e científicos, como política de Estado!

Cá com meus botões, tenho constatado que a conjuntura brasileira está contaminada de surrealismo político de extração macarthista; felizmente, não é uma política de Estado, mas tenta por todos os meios possíveis e inimagináveis se apoderar do Estado, mesmo não ganhando as eleições presidenciais em 2014, para dar vazão a uma sanha antidemocrática do

mais absoluto ódio aos setores progressistas da política – cerceando inclusive o direito de ir e vir –, à liberdade reprodutiva, aos direitos sexuais e ao combate às desigualdades sociais e raciais, sobretudo!

Há um sonho macabro de reeditar a casa grande e a senzala, configurado soberbamente no ataque aos direitos trabalhistas. De um tanto que circulou pelo Twitter que a atual Câmara de Deputados, na toada que vai, revogar a Lei Áurea. O que não é de duvidar sob a égide do jaguncismo político com o apoio do neopentecostalismo mais rasteiro e vulgar, que almeja ser dono dos nossos corpos e crê que chegou a sua hora de ditar, por meio de leis, a sua visão de mundo e moralidade para todo o povo para dar concretude à máxima: “O Brasil para Jesus”. E que se dane a República democrática e laica que é o nosso país, porque “o Brasil para Jesus” é um Estado teocrático!

DUKE

